

CISION®

PRESS BOOK

Clipping 2019-04-29

CISION®

1. "É um disparate falar em turistas a mais" - Entrevista a Ana Jacinto, i, 29/04/2019	1
2. Alojamento local - Como muitos descobriram não haver uma galinha dos ovos de ouro, Diário de Notícias, 27/04/2019	8
3. Plataforma pela reposição das SCUT, Antena 1 - Portugal em Direto, 29/04/2019	11
4. Algarve a ver passar os atuns que valem milhares para os japoneses, Público Online, 28/04/2019	12
5. Portugal é exemplo no Turismo responsável e sustentável, Jornal de Notícias, 29/04/2019	14
6. Governante leva turismo a Londres, Correio da Manhã, 29/04/2019	15
7. Portugal dado como exemplo a nível mundial, Destak, 29/04/2019	16
8. Bom tempo no Algarve, CM TV - CM Jornal - 20h, 27/04/2019	17
9. Rota do Petisco no Algarve, SIC - Jornal da Noite, 27/04/2019	18
10. Peixes exóticos no Algarve, RTP 1 - Jornal da Tarde, 27/04/2019	19
11. Comissão Vitivinícola do Algarve tem novos dirigentes, Algarve Económico Online (O), 27/04/2019	20
12. Restrições em Lisboa não afastam investidores, Expresso - Economia, 27/04/2019	21
13. Barcos tradicionais do Estuário do Tejo vão poder acostar em Lisboa, Público, 27/04/2019	22
14. Aeroporto do Porto passa a movimentar 32 aviões por hora, Jornal de Notícias, 27/04/2019	23



Ana Jacinto é secretária-geral da AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal. Licenciada em Direito, trava guerras permanentes contra os custos de contextos, o ataque que considera injusto em torno do alojamento local e a má imagem que é dada ao setor. A responsável admite que a questão dos salários que são praticados no mercado a “irrita um bocadinho” porque considera que está desvirtuada da realidade.





Ana Jacinto. “É um disparate falar em turistas a mais”

Para a secretária-geral da AHRESP, não podemos correr o risco de deixar passar a mensagem de que Portugal é uma Veneza ou uma Barcelona, que estão atoladas de turistas e onde ninguém consegue mexer-se

SÓNIA PERES PINTO (Texto)

sonia.pinto@ionline.pt

MIGUEL SILVA (Fotografia)

miguel.silva@ionline.pt

O turismo, depois de ter batido recordes atrás de recordes, está a dar algum sinal de abrandamento. Acredita que essa tendência é para se manter?

Continuamos a crescer, mas a verdade é não estamos a crescer à mesma velocidade que estávamos nos últimos anos. No entanto, isso também é natural porque vínhamos de um período pós-troika e, como estávamos a registar números tão baixos, era muito fácil crescer. Esses números são agora difíceis de continuar a manter mas, de qualquer das formas, é um erro criarmos alarmes porque continuamos a crescer, só que não estamos a fazê-lo à mesma velocidade. Além disso, estamos a fazê-lo de forma interessante, no sentido de esbater a sazonalidade e de crescer em territórios que são importantes, e é nisso que temos de continuar a apostar para que possamos crescer de forma sustentada. Mas é claro que hoje temos outros desafios e, como tal, temos de estar atentos e saber combatê-los e enfrentá-los.

Quais são esses desafios?

Um é a questão do aeroporto, que não envolve, e continuamos sem grandes novidades. A obra ainda não arrancou e, depois de arrancar, teremos de esperar pelo menos três anos para que esteja concluída. Não é uma coisa para amanhã e isso é, de facto, um problema porque, sendo Portugal um país periférico, a maior parte dos turistas chegam ao país através dos aeroportos. Depois temos a nossa concorrência, que já está a fazer alguma mossa porque alguns destinos tradicionalmente concorrentes de Portugal, nomeadamente no Mediterrâneo, por força de alguma estabilidade, já estão a captar alguns dos turistas que habitualmente vinham para o nosso país. Sem falar na questão do Brexit, que não é igual em todo o território, mas que no Algarve tem um impacto brutal porque 66% dos turistas que chegam ao Algarve são oriundos do Reino Unido. Não fazemos, provavelmente, o trabalho de casa convenientemente porque nenhum território pode estar tão dependente de uma origem como esteve estes anos todos o Algarve. Temos de diversificar.

Em relação ao aeroporto, acha que passámos demasiado tempo a discutir a localização?

Passámos, como habitualmente costu-

mamos fazer, demasiado tempo a discutir soluções e depois acabamos por tomar poucas decisões. Seja a mais acertada ou não, é preciso tomar decisões porque temos um constrangimento que é reconhecido por todos e estamos a falar de um setor que é um dos mais importantes da economia. Não podemos continuar neste impasse.

Mas considera que o Montijo foi a melhor localização?

Essa discussão, agora, nem se deve colocar. Foi tomada a decisão, então tem se de avançar. Não podemos é perder mais três, quatro ou cinco anos a pensar numa alternativa que, se calhar, pudesse ser melhor. Não podemos perder mais tempo. Esta tomada de posição já devia ter acontecido há muito tempo porque, nesta altura, já devíamos estar com a possibilidade de aterrar com muitos mais voos do que aqueles que estão a aterrar neste momento.

“No Algarve, o Brexit tem um impacto brutal, 66% dos turistas são oriundos do Reino Unido”

“Nenhum território pode estar tão dependente de uma origem como esteve estes anos todos o Algarve”

“A discussão, agora, sobre o Montijo nem se deve colocar. Foi decidido, então tem de se avançar”

E em relação ao Brexit, o que poderia ter sido feito?

Ninguém calcularia que chegassemos à situação em que estamos hoje, até porque a União Europeia foi criada para unir, e não para desunir. Ainda assim, esta situação não foi devidamente acautelada porque não podemos ter no território nacional regiões que dependam tanto de uma única origem, como acontece essencialmente no Algarve e também na Madeira – que tem uma percentagem relevante mas, comparativamente com o Algarve, ainda está longe: estamos a falar de 66% no Algarve para cerca de 20% na Madeira. Temos de trabalhar cada vez mais no sentido de encontrar um reforço para que turistas de outras origens venham até ao Algarve. O Algarve esteve sempre muito dependente de turistas oriundos do Reino Unido e é isso

que tem de se evitar. Mas o Governo está agora a fazer esse trabalho, no sentido de criar condições e incentivar turistas de outras origens a compensarem esta falta dos ingleses, mas o problema é que nunca devíamos ter chegado a esta situação. Todos sabíamos dessa dependência, mas foi feito pouco para aumentar essa diversidade e agora estamos nesta situação. De facto, está tudo a trabalhar, mas não devíamos ter chegado a este ponto.

Corre-se o risco de algumas unidades hoteleiras no Algarve ficarem vazias?

Julgo que não. O maior problema tem a ver com a desvalorização da libra, mas quer os empresários, quer o Governo, o Turismo de Portugal e associações estão todos empenhados em identificar soluções e encontrar outros mercados. E esse trabalho está a ser feito. É claro que haverá sempre impacto, porque já estamos a ver menos turistas no Algarve, mas não quero passar nenhuma mensagem de

alarmismo, até porque esse trabalho está a ser feito.

E destinos concorrentes como Egito ou Tunísia, estando mais estáveis, poderão roubar turistas a Portugal?

São mercados que habitualmente concorrem connosco e, estando mais estáveis, obviamente que há uma fatia importante que se perde para esses lugares. Mas temos de continuar

a tratar do nosso território e não olhar tanto para aquilo que se passa nos outros. Temos de continuar a melhorar o nosso serviço, a nossa qualidade, e sabemos que temos coisas que não são minimamente comparáveis com esses locais porque, apesar de terem sol e mar, não têm a nossa gastronomia, nem a nossa hospitalidade, nem toda a diversidade de monumentos que temos. Nós, num território tão pequeno, conseguimos ter uma diversidade enorme de propostas que podemos oferecer aos turistas e é isso que tem de ser potenciado. Seremos diferentes, seremos singulares, seremos únicos é uma mais-valia; temos é de evidenciar cada vez mais essas propostas de valor que não são comparáveis, porque sol e mar há em muitos outros destinos. E se esses destinos de que falou nos roubam algumas fatias importantes

de turistas, nós temos outras coisas que temos e podemos evidenciar. Além de ter temos a singularidade de termos um território pequeno, que pode ser visitável facilmente, que apresenta diferenças únicas em cada região.

Lisboa recebeu vários prémios nos últimos anos. Ficou surpreendida por este destino ter sido descoberto tão tarde?

É o resultado do trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos, não só por este Governo, mas também pelos anteriores, e os frutos não se veem no próprio momento. Foi desenvolvido um trabalho sério e sustentado. E não foi só em Lisboa – o Porto também está na moda. Agora temos é de tornar os outros territórios também moda e temos de saber gerir melhor os fluxos de quem nos visita, para que não haja tentações de algumas vezes se levantarem e dizerem que temos turistas a mais, como tem vindo a verificar-se. É um absurdo e temos de evitar este tipo de comentários. É um disparate falarmos em turistas a mais, como também é um disparate falarmos que temos um fluxo intenso; o que temos é de gerir melhor os fluxos. E o caso de Lisboa é um bom exemplo disso. Não há necessidade de as pessoas visitarem os mesmos monumentos às mesmas horas. Podemos fazer a gestão dessa visitação; ainda por cima, a tecnologia, hoje, está ao nosso dispor. Não é difícil, temos é de fazer mais trabalho nesta gestão das cidades porque temos coisas à volta de Lisboa que não são visitadas frequentemente e têm de ser. É o caso, por exemplo, de Mafra, que está a 20 minutos de distância, e há pouca gente que vem a Lisboa e vá visitar o Convento de Mafra. Geralmente, os city tours vão a Sintra e a Cascais e ficam por aí. Mas quando vamos para qualquer outro destino, metem-nos num autocarro durante cinco horas para visitarmos uma igreja porque não têm mais nada para ver e, aí, as pessoas não se importam e vão. E nós aqui com tanto potencial. Há pouco tempo assisti a uma intervenção de um dos responsáveis dos Passadiços do Paiva que dizia que, antes do incêndio, tinham enormes problemas de visitação devido à elevada procura. Era um lugar que não estava habituado a ter muita gente e os habitantes estavam completamente em stresse, nem sequer as vacinhas saíam para pastar por causa da confusão criada pelos carros e autocarros. No entanto, a infelicidade do incêndio deu-lhes a oportunidade de pensar em tudo de for-

continua na página seguinte >>


B Zoom // Entrevista

>> continuação da página anterior

ma estruturada, em articulação com a câmara. Não só refizeram os passadiços como os melhoraram mas, depois, criaram um sistema organizado de visita. Era gratuito; agora passou ser cobrado um euro e, quando se atinge um determinado número de pessoas, já não se pode fazer mais visitas nesse dia e têm de ser agendadas para o dia seguinte. E, com isso, eles vão controlando e monitorizando. E como melhoraram as infraestruturas à volta, já não se assiste àquelas enchentes. Toda a gente vê porque não reduziram o número de visitantes, simplesmente organizaram o número ao longo dos dias. Tudo isto pode ser feito, o que não pode acontecer é cairmos no disparate de dizermos que temos turistas a mais e correr o risco de deixar passar a mensagem de que somos uma Veneza ou uma Barcelona, que estão atoladas de gente e onde ninguém consegue mexer-se, porque isso não é verdade.

E incidentes como o da Madeira prejudicam a imagem de Portugal?

É claro que prejudicam, mas são coisas que acontecem, ainda não se sabe qual foi a causa. O que temos agora de fazer é tentar resolver o que há para resolver, e não intensificar essa discussão porque tem sempre um grande efeito no exterior. Falou-se várias vezes na necessidade de mão-de-obra por parte do setor.

O problema está minimizado?

Esse é um problema que continua a ser grave, pois não temos tido uma evolução muito positiva. A questão da reposição do IVA fez com que as empresas voltassem a ter capacidade para nivelar os postos de trabalho que tinham antes da crise. Nessa altura destruímos muitos postos de trabalho e as empresas estavam a trabalhar no limite, mas a reposição do IVA a 13%, a melhoria do poder de compra e o aumento do turismo fizeram com que as empresas voltassem a ter capacidade de se estruturarem e de criarem níveis de emprego que tinham no passado. A par disso foram feitos novos investimentos e surgiram novas empresas, e tudo isso fez com que o setor do turismo não só tenha sido aquele que mais emprego deu nos últimos anos como também absorveu tudo aquilo que havia para absorver. Neste momento podemos dizer que estamos a assistir quase a um pleno emprego porque a taxa de desemprego é baixíssima.

Desde que o IVA foi reduzido, quantos postos de trabalho foram criados?

Os dados que saíram no relatório interministerial, que abordava de 2015 a 2017, apontavam para que no canal Horeca, ou seja restauração e hotelaria, tivessem sido criados 64 600 postos de trabalho, mas, entretanto, em 2018 e 2019 continuámos a criar mais empregos. Tudo isto fez com que haja neste momento uma escassez de mão-de-obra. No ano passado fizemos uma grande reflexão sobre o mercado de trabalho e em janeiro de 2018 fizemos um inquérito aos empresários do setor, e já nessa altura diziam que, se tivessem 40 mil trabalhadores disponíveis, teriam absorvido esse número de trabalhadores.

Mais de um ano depois, esse número poderá ser ainda maior?

Admito que pode ser ainda maior.

O PSD acenou com a hipótese de voltar a subir a taxa do IVA na restauração...

Essa sugestão é, de facto, muito infeliz porque os dados estão em cima da mesa e os resultados estão à vista, e por isso é que foi criado um grupo interministerial para fazer um relatório sobre os impactos que essa medida provocou. Não entendo sequer essa ideia e espero que nunca venha a concretizar-se. Temos de continuar a pugnar é pela descida do IVA. Conseguimos a reposição do IVA a 13%, que foi um importante fôlego para o setor – recapitalizámos as nossas empresas, criámos postos de trabalho, essas pessoas também consomem noutros setores de atividade e é tudo isto que gera a economia. Continuamos a querer ter um IVA compatível com os países de mercados concorrentes, porque em Espanha, Itália e França, o IVA é de 10%, não é 13%, e em Portugal nem sequer estão todos os produtos na taxa dos 13%. Ainda temos um caminho que queremos continuar a percorrer: Ter um IVA novamente à taxa superior é voltar a entrar num ciclo

“Em janeiro do ano passado precisávamos de 40 mil trabalhadores, agora admito que seja bem mais”

“Queremos ter um IVA compatível com os nossos mercados concorrentes.

Em Espanha, Itália e França é de 10%”

Para Ana Jacinto, é imperativo acabar com a imagem de que o setor é pouco digno, com trabalhos precários, salários pouco atrativos e profissões pouco dignificadas e valorizadas. Só desta forma é que, segundo a responsável, é possível atrair trabalhadores para este mercado, onde já faltam mais de 40 mil trabalhadores

muito complicado para o setor, que é o motor da nossa economia.

E como se pode resolver o problema da mão-de-obra?

Esta questão tem sido problemática, mas a AHRESP não tem ficado de braços cruzados e, quando tomámos posse neste novo mandato, um dos eixos que a nova direção identificou como prioritários foram as pessoas. Temos um plano de ação com um conjunto de propostas que estamos a trabalhar com o Governo no sentido de melhorar a imagem que o setor tem. Temos de acabar com a imagem de que é um setor pouco digno, de trabalhos ditos precários, com salários pouco atrativos, de grande rotatividade e de profissões pouco dignificadas e valorizadas, porque não é assim. A questão dos salários é uma questão que me irrita um bocadinho, porque o que é constantemente badalado são os salários que resultam das estatísticas do INE, e esses dados representam médias porque só falam dos salários-base. Mas não devemos esquecer-nos que este setor trabalha 24 horas por dia e isso significa que um trabalhador não recebe só o salário-base. Se o trabalhador estiver a trabalhar no período noturno tem uma compensação acrescida; o mesmo acontece se trabalhar num dia de descanso semanal ou num feriado, etc., e nada disso está contemplado nessas médias porque esses valores são variáveis e estão dependentes das horas que os trabalhadores fazem, dos dias que trabalho que têm, etc. E tudo isto é dinheiro – obviamente, na sequência de um esforço acrescido do trabalhador, porque ninguém gosta de trabalhar a um feriado ou a um fim de semana. Mais: este setor tem a particularidade de atribuir o subsídio de alimentação em espécie e, como o trabalhador está todo o dia na empresa, isso significa que toma o pequeno-almoço, almoço, lancha, janta e ceia, e todos nós fazemos compras no supermercado e sabemos quanto isso representa no final do mês; e em cima disso, muitas vezes recebem subsídio de alimentação em dinheiro. Evidentemente que algumas empresas pagarão o mínimo dos mínimos, mas isso é como em todos os setores. Acho que não devemos centrar-nos tanto nesta questão salarial porque o problema do setor não é um problema de baixos salários, como se repete consecutivamente, e há sempre a tendência de dizer que é a restauração que paga mal enquanto a hotelaria paga muito acima e, por isso, é a restauração que bai-



xa a média salarial. Temos de desmistificar isto porque não é verdade, o salário-base está inquinado por essas razões de que lhe falei. Temos de perceber porque é que estas profissões não são muito atrativas e porque não temos as famílias todas a quererem que os seus filhos sejam empregados de mesa. É por causa do salário? Não acredito que seja.

Ainda há um estigma?

É porque, de facto, este setor é um setor penoso. Quando temos uma empresa que tem um trabalhador desde a manhã até à noite e faz um intervalo a meio entre o fim dos almoços e o início dos jantares, obviamente que esse intervalo não dá para o trabalhador ir para casa, ir tratar da sua vida familiar. Isto não é fácil porque o trabalhador fica fora da sua vida familiar um dia inteiro, e isso é penoso. Como é que, nessa situação, consegue conciliar a sua vida profissional com a sua vida pessoal? Ninguém consegue. Sem falar que tem de trabalhar aos domingos, à noite, aos feriados. Evidentemente que é um setor de grande esforço. Temos de tentar organizar mais e melhor estes horários de trabalho e isso é uma coisa que os empresários terão de saber fazer melhor. Sem dúvida que um dos problemas do setor é a falta



de capacitação dos próprios empresários e por isso é que, em conjunto com o Turismo de Portugal, estamos a fazer várias ações de capacitação para as empresas e empresários para os ajudar a fazer uma melhor gestão das suas empresas. Mas este tema merece maior reflexão e profundidade; é claro que não é fácil porque, se fosse fácil, já estaria resolvido. A verdade é que temos de pôr o dedo na ferida e, neste momento, o setor não consegue arranjar trabalhadores – e nem

“O problema deste setor não é um problema de baixos salários, como tem sido constantemente badalado”

“Aquilo que se fez com o chefe de cozinha, tornando sexy a profissão, também tem de se fazer com os empregados de mesa”

sequer estou a falar de trabalhadores qualificados. Mesmo que não sejam qualificados, as empresas já os querem. Por isso, também temos de melhorar o nível de qualificação destes profissionais. Agora, centrar estes problemas no salário não é correto. É claro que as empresas que podem devem pagar mais, mas também a AHRESP tem intervindo nesse campo. Todos os anos fechamos a contratação coletiva, acabamos de fechar para 2019. Em 2018 houve um aumento de cerca de 3,6% e este ano voltou a haver esse aumento de 3,6%, e foi acordado com os sindicatos, o que significa que há conforto por parte de quem representa os trabalhadores. E no ano passado subimos de nível várias categorias ditas mais problemáticas, como os empresários de mesa, o *barman*, para dar um sinal de que queríamos valorizar as profissões. Para que um dia tenhamos as famílias a querer que os seus filhos sejam empregados de mesa.

Implica também uma mudança de mentalidades...

Implica muita coisa. Temos de estar disponíveis para fazer essa reflexão. Aquilo que se fez com o chefe de cozinha e, hoje em dia, é tão sexy ser cozinheiro e não há falta de pessoas que queiram

seguir essa carreira, também teremos de fazer com os empregados de mesa. É claro que essa mudança em torno dos chefes também esteve muito relacionada com os programas de televisão e com a imagem que foi criada. Agora não temos falta de pessoas que queiram ir para a cozinha, mas temos falta de pessoas que queiram ser empregados de mesa. E um empregado de mesa é decisivo num estabelecimento. Tenho a certeza, se for a um restaurante, se comer lindamente, mas se for mal atendida pelo serviço de mesa, não volta lá, mas se for o contrário e se a cozinha não for muito agradável, mas o serviço de atendimento de mesa for extraordinário, volta lá. Isto significa que um empregado de mesa não é um mero empregado de mesa, é um verdadeiro relações públicas.

Falta um programa de televisão para atrair?

Temos isso já em carteira.

Contratar mão-de-obra estrangeira pode ser a solução?

Sim, neste momento temos empresas com dificuldade em abrir alguns dos investimentos que estavam em curso e já estão a pensar em recorrer a mão-de-obra estrangeira. Tivemos um período

em que a mão-de-obra estrangeira era quase incipiente, agora voltamos a ter uma leva de contratação de mão-de-obra estrangeira. A questão é que continuamos a ter muitas demoras no SEF para as legalizações dos processos.

Mas acha que faz sentido ser atendido por alguém que não fala português?

É claro que não. Não é desejável e não é isso que queremos. O que acontece é que, muitas vezes, as empresas ficam desesperadas e não encontram trabalhadores. E chega uma altura em que não é valorizada nem a experiência nem se sabem ou não falar português.

O alojamento local continua a ser o parente pobre do setor e o responsável pelos vários problemas que o país enfrenta, nomeadamente a habitação...

Acho que se ficássemos sossegadinhos teríamos feito melhor porque, mais uma vez, toda essa confusão à volta do alojamento local resulta da falta de conhecimento do terreno das pessoas que gostam de opinar sobre temas que não conhecem. O alojamento local virou um tema muito apaixonante e toda a gente resolver falar do tema e todos têm um

continua na página seguinte >>
Página 4


B Zoom // Entrevista


>> continuação da página anterior

caso conhecido. A AHRESP quis conhecer o terreno e, assim que assistimos ao crescimento deste negócio – porque o alojamento local não é um fenómeno novo, as antigas pensões e residenciais que caíram no setor, muitas delas funcionavam há 50 anos –, fomos para o terreno. Mas o que é que aconteceu? Primeiro, explodiu porque se facilitou o registo para que entrassem todas as ofertas na formalidade, porque havia muitas que funcionavam na ilegalidade; depois, porque houve um grande aumento da procura. Como era preciso conhecer o que estava a acontecer no terreno e no território – porque uma coisa é Lisboa, outra é Maфра ou o centro de Portugal –, a AHRESP quis identificar essa oferta, o tipo de visitante e de empresário; e fizemos isso em Lisboa, depois fomos para o centro, Alentejo, Porto e norte, e estamos agora no Algarve. Além disso, medimos o impacto económico desta atividade na Área Metropolitana de Lisboa. Esse estudo foi feito há dois anos e, já nessa altura, o alojamento local pesava 1% no PIB português. Não estamos a falar de uma atividade peque-

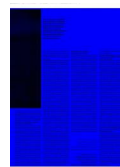
na, recolhemos dados muito interessantes e concluímos, por exemplo, que 60% dos imóveis que estão afetos ao alojamento local – e esse número não é muito diferente do que se verifica no resto do território e varia entre os 50% e os 60% – eram frações completamente desocupadas e a caírem de podres, completamente decadentes, e foi o alojamento local que as regenerou e veio dar vitalidade. E quando estamos a falar disto não podemos falar apenas do imóvel, porque à volta aconteceu o mesmo. O turista, quando chega, não dorme apenas, também precisa de comer e, por isso, a restauração teve benefícios enormes, assim como o comércio, e basta olhar para a cidade de Lisboa para percebermos tudo isto. Estes desconfortos e estas críticas ao alojamento local são completamente despropositados, do meu ponto de vista, porque as críticas surgem sempre de duas formas: temos muito alojamento local e não temos imóveis para habitação. O que aconteceu na habitação não teve nada a ver com o alojamento local; o que aconteceu é que as pessoas se esqueceram que houve uma alteração legislativa à lei do arrendamento urbano antes deste boom do alo-

jamento local. E a lei do arrendamento urbano veio fazer uma coisa catastrófica que foi dizer que os contratos de tempo indeterminado podiam converter-se em contratos a termo certo e os inquilinos podiam ser despejados de uma forma muito mais ágil e célere. E com base nesse instrumento, os senhorios, que já estavam numa situação muito complicada há muitos anos porque as rendas eram baixas, não faziam obras e não podiam despejar os inquilinos, aprovei-

“60% dos imóveis afetos em Lisboa ao alojamento local eram frações desocupadas e a caírem de podres”

“O problema da habitação não está relacionado com o alojamento local, mas com a nova lei do arrendamento”

taram-se disso. E foi nessa altura que muitos imóveis ficaram sem ninguém. O que é que aconteceu? Se a atividade do alojamento local estava a crescer era porque havia procura e o alojamento local acabou por aproveitar essa oportunidade, mas foi o alojamento local como podia ter sido outra atividade. Não foi o alojamento local o causador dessa questão da falta de habitação. E vamos ser sinceros: estas casas de que estamos a falar são casas pequenas, algumas delas sem casa de banho; obviamente que esses imóveis, mesmo que fossem regenerados, dificilmente seriam para habitação. Um casal com família não iria morar para ali. E antes deste boom do alojamento local nunca foi fácil as pessoas irem morar para o centro de Lisboa; nessa altura, o centro da cidade estava abandonado. São tudo falsas questões, é preciso termos noção do todo e do que aconteceu. Mas também não escondemos a cabeça debaixo da areia, sabemos que há algumas freguesias de Lisboa, e não é Lisboa toda, com uma grande concentração de AL. É lógico que, registando-se um aumento da procura de imóveis, tal resulte no aumento dos preços dos imóveis, mas isso reflete apenas a lógi-



A secretária-geral da AHRESP não tem dúvidas: o alojamento local tornou-se um tema muito apaixonante e todo o alarido público não foi devidamente refletido. No entender da responsável, as alterações feitas deram margem às câmaras para fazerem o que quiserem e com base nos critérios que bem entenderem

a solução preconizada e obviamente que é uma situação que nos preocupa porque, neste momento, só a Câmara de Lisboa e Mafra é que avançaram com isso.

A ALEP fala em queda de 60% de licenças em Lisboa desde o início do ano...

A Câmara de Lisboa aproveitou logo a possibilidade que a lei lhe dava de, por deliberação simples, fazer essa zona de contenção. O Porto já não fez, o presidente da autarquia disse que era preciso estudar e aprofundar com calma o que era necessário fazer e só depois é que iria fazer um regulamento e, até à data, ainda não há nada. Não sei se a Câmara de Lisboa não se precipitou porque já nos encontramos num momento de alguma desaceleração do turismo e, no caso do alojamento local, isso é notório. No nosso estudo já prevíamos essa desaceleração no final de 2019; portanto, o mercado ajusta-se, pois o alojamento local só aparece porque há procura. Se a procura for menor, o aparecimento de novas ofertas também abrandará. Como o alojamento local tem a vantagem de se adaptar, sempre defendemos que devíamos ter calma, tanto que o alojamento local não necessita de uma licença específica porque esta facilidade de ter uma licença de habitação permite ao proprietário, se não existem clientes e se não há procura, virar-se para outro negócio, como o arrendamento ou viver lá. Este mecanismo permite-lhe ajustar-se ao mercado e não haveria necessidade de estarmos a intervir de forma tão intensa. Estamos a querer controlar uma atividade, o que o mercado, por si só, faz. E às vezes colocamos areia na engrenagem desnecessariamente – porque esta alteração da lei podia ter sido pior, porque ainda fomos a tempo de fazer algumas intervenções – e isso não ajuda nem facilita nada. A hipótese de os condóminos poderem vir a solicitar ao presidente da câmara para cancelarem um registo de alojamento local por estarem incomodados parece-me completamente disparatada. É a única atividade económica que conheço que pode vir a ser limitada por alguém. Ou é legal ou é ilegal e, sendo legal, como é que alguém, em assembleia de condóminos, pode vir a pedir ao presidente da câmara para cancelar o registo por se sentir incomodado? Então se tiver um vizinho que esteja a ouvir música às 3h da manhã não posso fazer nada, mas se for alojamento local já posso?

ca da lei da procura e da oferta. Com ou sem alojamento local, esta situação já se perspectivava, mas agora há a tendência de responsabilizar o alojamento local em matéria de políticas de habitação, função essa que é exclusiva do Estado. **E como vê as restrições em algumas das freguesias de Lisboa?**

Não ficámos muito felizes com as soluções que foram encontradas. A solução que veio a ser preconizada pela Assembleia da República, porque a proposta da AHRESP não era essa, criou as famosas zonas de contenção. As câmaras municipais podem estabelecer por regulamento zonas de contenção, e foi isso que Lisboa escolheu fazer. Aliás, Lisboa deliberou logo zonas de contenção, e depois, o que diz a lei é que, passado um ano, tem de haver um regulamento para continuar a haver essa restrição. Estas questões, para nós, são sempre muito sensíveis porque permitem às câmaras fazerem como quiserem e com base nos critérios que bem entenderem. O que defendemos desde a primeira hora foi que a lei previsse em concreto quais são os critérios que podem levar as câmaras a definirem essas zonas de contenção. Não foi essa

E considera que os hotéis complementam a oferta?

É uma oferta que se complementa e todos beneficiam com ela. Como é que podíamos ter uma Web Summit em Lisboa se não tivéssemos a oferta de alojamento local? Temos essa oferta porque precisamos de alojar as pessoas que nos visitam. Esta discussão e a reação legislativa foram muito em função daquilo que as pessoas diziam e do alarido público, e toda esta questão não foi devidamente refletida. Aquilo que veio a ser a versão final não me parece interessante e os senhores deputados nem sempre conhecem bem o que estão a fazer. O que não podemos deixar acontecer é que os regulamentos sejam reflexo de fundamentalismos, por vezes meramente ideológicos, que tendencialmente recaem sobre o alojamento local, diabolizando-o. Os regulamentos que regulem esta matéria não devem ser insensíveis às várias realidades de alojamento local e aos benefícios que podem trazer, mesmo em áreas de contenção, nomeadamente em termos de reabilitação e em termos de instalação, que em nada retira imóveis à habitação. Mas acho que o alarido desapareceu um bocadinho e espero que as pessoas que disseram que tinham turistas a mais e que eles estavam a estragar as cidades não venham a arrepender-se porque, de facto, já estamos a assistir a um abrandamento e é essencial continuar a ter turistas e a ter cidades vivas. E há outro facto muito interessante que é termos cidades à volta dos grandes centros urbanos, distas periferias, que nunca tinham visto turistas, e agora veem-se na Amadora turistas com mochilas às costas. O mesmo acontece com Odivelas. É muito interessan-

te ver que estas cidades já beneficiam desta realidade.

O setor é conhecido por ser um dos alvos das taxas e taxinhas. Isso vai sendo ultrapassado?

Acho que melhorámos; contudo, acho que temos uma lista que continua a estar em cima da mesa e desejariamos muito que grande parte do que está lá fosse eliminado, mas sabemos que algumas coisas são difíceis de acontecer porque temos taxas e taxinhas impostas por todo o lado. É por diplomas que são nacionais, outros por câmaras municipais, há encargos que temos que são obrigatórios e resultam de regulamentos comunitários ou de diretivas. Sabemos que não é fácil, mas temos esse dossiê em cima da mesa para ir tratando. Gostariamos que fosse mais veloz, mas nem sempre as coisas correm à velocidade que nós queríamos. Ao que temos assistido é que, por parte das autarquias, continuamos a ter muita velocidade na implementação de taxas, como é o caso das taxas turísticas, que começaram em Lisboa e não param mais. E depois temos um conjunto de custos que continuam a ser-nos impostos não a nível nacional, mas que advêm de regulamentos comunitários. A questão recente da proteção de dados não é propriamente uma taxa, mas é um custo enorme para as empresas e que estas têm muita dificuldade em cumprir. É um setor que continua a ser fustigado. Já houve alturas piores, mas a verdade é que continuamos com uma lista em cima da mesa que não conseguimos resolver e, de vez em quando, aparece-nos uma surpresa não tanto a nível interno, mas dos nossos amigos da comunidade europeia.

E como é que a associação vê esta guerra ao plástico? O setor está preparado para isso?

É um setor que está sempre na linha da frente com estas preocupações. Temos lançado várias iniciativas, estamos muito envolvidos e temos uma grande preocupação, mas não podemos esquecer-nos que tudo isso são mais custos para as empresas. Qualquer solução substitutiva nestas primeiras fases – depois, o mercado há de ajustar-se – são sempre materiais mais caros e isso representa mais custos para as empresas. É preciso ter tempo para fazer essa transição. E estamos num setor em que nem sempre os materiais alternativos podem ser utilizados. Neste caso, não estamos perante taxas e taxinhas diretas, mas taxas e taxinhas indiretas. Hoje, tudo se decide fora de portas. Página 6

“O AL só aparece quando há procura. Se esta for menor, o aparecimento de novas ofertas também abrandará”

“A hipótese de os condóminos poderem solicitar o fim de um alojamento local parece-me disparatada”



Entrevista a Ana Jacinto, secretária-geral da AHRESP

“É UM DISPARATE FALAR EM TURISTAS A MAIS”

“Em janeiro do ano passado precisávamos de 40 mil trabalhadores, hoje admito que seja bem mais”

“Ser empregado de mesa tem de passar a ser uma profissão sexy como aconteceu com os chefes de cozinha” // PÁGS. 20-25



Quando o alojamento local deixou de ser a galinha dos ovos de ouro



FERNANDA CÂNCIO

Quando ficou desempregada, no final de 2015, com um pré-aviso de 15 dias por estar a recibos verdes, Mariana, então com 40 anos e uma filha pequena, teve de "arranjar uma solução às três pancadas". Tinha uma casa dela em Cascais, um T2, que estava a pagar ao banco e onde já não vivia porque se tornara pequena para ela e a filha. Estava no mercado de arrendamento tradicional, mas com muito más experiências. "Então, pensei: se fizer alojamento local vai entrar dinheiro."

Pensou e fez. "Vivia perto e no início, porque não tinha conseguido arranjar trabalho, e como não tinha dinheiro para pagar a alguém, era eu que fazia tudo." Cobrava entre 50 e 80 euros diários e tinha uma taxa de ocupação de 75%. "Havia bastante procura, primavera e verão sempre cheio. Caía nos meses de outubro-novembro e janeiro-fe-

vereiro." Mas ainda assim, contas feitas às despesas, incluindo o empréstimo, o que tirava líquido da atividade era muito menos do que esperava. "Não era tão rentável assim. Pelo menos para quem tenha apenas um AL e paga todos os seus impostos e obrigações. Cumprindo todas as obrigações e declarando tudo o que deve ser declarado... Mas é bem possível que o segredo seja a evasão fiscal, que não pratico." Sem dúvida, admite, "que o AL gera *cashflow* não acho que os impostos sejam pesados. Mas daí a ser a galinha dos ovos de ouro, nem pensar. Basta tentar perceber como funciona e tudo o que é preciso para que funcione bem. Aumentando o negócio, com mais do que um alojamento local, capitaliza-se a coisa, recorrendo a toda a magnífica atividade precária e mal paga que gera. Quem tem vários (como as companhias e sociedades por detrás da vergonha dos desalojamentos) consegue rentabilizar. Só com um apartamento acho difícil."

A não ser que, como no caso de Fernando, o apartamento esteja situado na zona mais procurada de Lisboa, junto à Sé, e pela sua dimensão -T4- permita preços de 200 euros por dia, ou seja, num mês de ocupação total, 6000 euros brutos. "Arrefecimento do mercado? Não senti", diz. "Aliás, este último inverno foi muito bom. É verdade que as despesas são muitas, mas compensa. Acredito é que para quem tem casas pequenas, T1, não se consiga fazer face à concorrência hoteleira. Seria interessante saber as tipologias dos imóveis que estão a sair do mercado."

"A limitação de licenças foi bem feita"

Há ainda, lembra Mariana, os azares: "Corres sempre o risco de apanhares alguém que te destrói a casa. Os hóspedes têm uma hora de saída e há outros a entrar - e chegas à casa e está tudo destruído. Por exemplo, partiram-me um sofá novo. Ainda estou para saber como. O Airbnb [a plataforma digital de marcação, através da qual as reservas e os pagamentos são efetuados] paga os estragos, mas não o tempo em que a casa está fechada. Além disso, e apesar de ter o máximo de cuidado para não incomodar os vizinhos, quando começou o empolamento em torno do AL cheguei a receber recadinhos anónimos com ameaças. Envelheci mais com o AL do que nos dez anos anteriores."

Vai daí, sentou-se a fazer contas. "Com os preços do arrendamento tradicional a aumentar, dava ela por ela; conseguiria arrendar por 800 ou 900 euros. Cheguei a ter a casa anunciada e tive imensos interessados. Mas acabei por vender, em 2018, aos primeiros reformados estrangeiros que me apareceram com dinheiro na mão. Quanto ao AL, já não era uma solução, era um problema. Achei que não valia a pena matar-me a trabalhar por 300 a 400 euros líquidos ao final do mês. Concluí que se alguém ganha dinheiro com isto são os gestores."

Os gestores de que Mariana fala são os profissionais liberais ou as empresas que "tomam conta" do imóvel para o colocar no mercado do alojamento local, mediante uma percentagem dos proventos que se situa normalmente nos 30% ou 35%. Rúben Pimenta e João Pedro Ramos, ambos de 32 anos e formados em Gestão, desde 2015 a trabalhar como "gestores de Airbnb", não se queixam. "Os anos têm sido mais ou menos constantes. Em termos de rentabilidade não tem havido variações significativas", informa Rúben.

Trabalham em Lisboa, onde gerem 15 casas ao todo, entre centro histórico -freguesia da Misericórdia-, Rato e Avenidas Novas, e

Segundo os números oficiais há menos 60% de novos registos no alojamento local. Houve quem fizesse contas ao que ganhava, ao trabalho e ao stress e desistisse. Alguns venderam, outros passaram para o arrendamento normal. É chegado o momento da definição.



no Algarve, onde têm quatro. “O *feedback* que temos dos proprietários é de que estão satisfeitos. É claro que o preço das rendas de longa duração subiu e pode haver pessoas a ponderar passar para esse mercado. Um dos nossos clientes, com quem começámos a trabalhar no ano passado, está a pôr essa hipótese, porque a rentabilidade em certas zonas está ela por ela. Mas vai esperar pelo verão para decidir.”

Rúben concorda com Mariana – a atividade é trabalhosa: “Temos de estar sempre em cima das limpezas e das lavandarias para assegurar um serviço de qualidade, e mexemos muito nos preços consoante a procura.” Quanto ao futuro do AL, crê que depende não só da procura e da evolução dos preços no mercado de arrendamento de longa duração – que acredita tenderem a baixar – como do que acontecerá em termos legislativos. “A limitação das licenças [pela Câmara de Lisboa no sentido de interditar mais licenças de AL em certos bairros] foi uma coisa bem pensada e bem feita. Gosto de que as pessoas que nos vêm visitar estejam em bairros onde há moradores. Mas se se começar a limitar o número de dias em que se pode ter as casas no Airbnb, como aconteceu em Berlim, a coisa vai ficar complicada.” Suspira. “Isto começou sem lei, depois fez-se uma legislação muito facilitista e agora começaram a querer regulamentar seriamente, e se há coisas com que concordo, há outras, como a obrigatoriedade de seguros que nem sequer existem no mercado, que não estão bem. Há uma grande confusão.”

Cifras negras de desistências

Desde que as novas regras referidas por

Rúben entraram em vigor, há seis meses, houve, de acordo com os números do Turismo de Portugal, 1914 proprietários que pediram para cancelar a exploração; só neste ano, as cessações rondaram as 1200. E neste primeiro trimestre os novos pedidos caíram 40% em todo o país e 60% só em Lisboa, que tem no momento cerca de 18 mil casas registadas como AL, para turistas, mais de 21% do total no país, que é de 83 mil.

As desistências, porém, podem ser muito mais do que aquilo que os números oficiais dão a ver. Mariana, por exemplo, não deu baixa da sua licença quando vendeu o apartamento. E muita gente poderá não o fazer, já que as novas regras, impondo um alto valor de mais-valias relacionado com o AL, levarão muita gente a não dar baixa da licença para não pagar, ao vender, o imposto correspondente.

Por outro lado, aparentemente não será impossível colocar um imóvel licenciado para o AL no arrendamento tradicional – algo que Eduardo Miranda, presidente da Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP), sublinha ser uma vantagem que advém do facto de o AL estar a ser considerado, em termos de definição de uso, como habitação e não espaço comercial. “A grande vantagem do alojamento local é justamente a facilidade de retornar ao mercado habitacional, desde que não venham com alterações de uso. Isso seria o fim do AL e muito prejudicial nesta fase para o próprio mercado habitacional.”

Por isso mesmo, não vê a quebra nos registos e as desistências – que a ALEP prevê poderem alcançar só em Lisboa 10% a 15%

“A grande mediatização do AL com a mensagem errada de que era uma galinha dos ovos de ouro levou muita gente a entrar na atividade sem fazer contas.”

EDUARDO MIRANDA

Presidente da Associação do Alojamento Local em Portugal

dos imóveis agora licenciados – como um problema. “É algo normal que acontece em praticamente todas as atividades. Há sempre uma parcela de *underperformers* que vão descobrir ou estão a descobrir pela sua própria experiência que a expectativa real do alojamento local não é de perto aquela que estava a ser mediatizada. A grande mediatização do AL com a mensagem errada de que era uma galinha dos ovos de ouro levou muita gente a entrar na atividade sem fazer contas. O AL tem um grande número de despesas que muitos dos novos operadores não teve em consideração quando iniciou. E dá trabalho. Não é só uma questão financeira. Mesmo alguém com um T1 que

ganhe por exemplo mais 100 ou 200 euros por mês com o AL do que no arrendamento tradicional ou com estudantes começa a ponderar se vale a pena este valor adicional, pois o custo pessoal é muito grande. Normalmente são várias horas por semana e horas valiosas como os fins de semana, que deveriam ser dedicados à família e à qualidade de vida.”

Acresce, claro, o aumento constante dos preços no arrendamento tradicional: “Neste momento, feitas todas as contas de despesas, em muitos casos o arrendamento pode ser mais compensador. Isto já acontecia em Lisboa na maioria das zonas fora do centro histórico e agora, com o aumento da concorrência no alojamento local, também acontece em vários segmentos da zona histórica.”

Assim, é natural que o efeito na capital seja mais notório: “O aumento da oferta em 2018 tornou o mercado do AL muito mais competitivo, e é natural que uma boa parte do grupo que está a sair-se menos bem comece a estudar outras opções.”

Tudo ponderado, Eduardo Miranda vê aquilo que acredita ser “um ajuste do mercado” como “saúdavel”. O cuidado a ter, adverte, é o de “não se estar a impedir novos registos por excesso de regras ou por criação de insegurança. Este é o caminho errado e para zonas como o Algarve, que fizeram um longo caminho de legalização, seria um retrocesso. Creio que estamos no limite, mas é preciso agora permitir alguma estabilidade legal e fiscal que perdure por algo tempo. Não há memória de uma atividade que tenha sofrido tantas alterações, e algumas tão profundas, em pouco mais de três anos.”

1864 ESTE SUPLEMENTO VESTE A CAMISOLA DA EUROPA

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 27.4.2019 / Ano 155.º / N.º 54 793 / 3 euros / Diretor: Ferreira Fernandes

REPORTAGEM - FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO

Os Ramos cuidam de Maria enquanto espera por uma família dela

- P. 20



REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGES

Internet

Como o Facebook não fez nada para travar mensagens antisemitas

- P. 36

Espanha

Favoritismo dos socialistas não impede que direita possa governar

- P. 4

Alojamento local

Como muitos descobriram não haver uma galinha dos ovos de ouro

- P. 24

Sefardita

A judia britânica que quer ser portuguesa por causa do Brexit

- P. 40

4000 estudantes chineses aprendem português em 40 universidades

Marcelo Rebelo de Sousa iniciou visita à China com ida à Muralha e, se os negócios são parte essencial da relação bilateral, a atração pela língua portuguesa vem por acréscimo.

Entrevista ao presidente do Instituto Camões

Reportagem de Anselmo Crespo em Pequim

Todos os negócios da visita de Marcelo à China no DV

PUBLICIDADE



O aliado ideal no nosso dia-a-dia

veja no interior



Parceria

CONTINENTE

Media Partners: Diário de Notícias

Plataforma pela reposição das SCUT

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=7f072787-0f01-4979-a743-84b1350580e5&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

Em nome da economia da Beira Interior, a plataforma pela reposição das Scut volta a exigir o fim das portagens na A23 e também na A25 e conta com o apoio de empresários e organizações do lado espanhol. Para juntarem as vozes do protesto está marcada para dia 15 de maio, uma ação transfronteiriça em Vilar Formoso. Uma tribuna, como lhe chama Luís Garra da Plataforma pela Reposição das Scut.

Algarve a ver passar os atuns que valem milhares para os japoneses

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	28/04/2019
Melo:	Público Online	Autores:	Idálio Revez

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=7caba234>

A quota portuguesa para pescar atum-rabilho - a espécie mais apreciada para o sushi - corresponde a menos de 3% da quota da União Europeia. A região algarvia exige mais

Fotogaleria

Pesca de atum tradicional

Fotogaleria

Pesca de atum tradicional

Fotogaleria

Arraial Ferreira Neto no passado

Fotogaleria

Vila Galé no que foi o arraial Ferreira Neto

O atum regressou à costa algarvia, depois de duas décadas de afastamento. No presente, das três modernas armações em actividade, nenhuma é portuguesa - duas pertencem a uma empresa espanhola e a terceira é de capitais japoneses. Um quilo de atum-rabilho, a espécie predominante, pode atingir os mil euros por quilo no mercado de Tóquio. Por isso, os portugueses só comem o peixe que não tem valor comercial para exportação e o mercado europeu é dominado pelos irmãos Fuentes, com actividade em Portugal, Espanha, Itália, França e Croácia

A Companhia de Pescarias do Algarve (CPA), fundada em 1835, tem uma história que se confunde com a própria evolução do sector pesqueiro. "Vendi as duas armações [Fuseta e Stª Maria-Faro] aos irmãos Fuentes", diz o administrador da CPA, António Farinha: "São eles que dominam o mercado", enfatiza. Na zona do Golfo de Cádiz possuem mais quatro armações Os concorrentes locais são os japoneses - através da empresa Tunipex - que exporta quase todos os atuns que produz.

A partir do mês que vem, passam ao largo da costa algarvia, o atum-rabilho vindo do Centro do Atlântico para a desova no Mediterrâneo. Este é muito apreciado no mercado japonês. De regresso ao Atlântico Norte (atum de revés), já vai magro. Quando é capturado, os japoneses fornecem-lhe uma engorda especial, para satisfazer o gosto dos orientais, que o consomem cru (sushi) e pagam bem. Além de Portugal, há mais sete países envolvidos neste tipo de pesca: Espanha, França, Itália, Croácia, Grécia, Malta e Chipre.

Um velha história

No livro Um Século de História da Companhia de Pescarias do Algarve, António Miguel Galvão refere que, em 1903, existiam na região 19 armações de atum. Em Tavira, termina neste domingo, o festival "Almadrava" - evento destinado a contar aos turistas as estórias do copejo, as lutas travadas entre o

homem e o peixe, cujo peso médio ronda os 200 quilos. Tratava-se de um "tourada do mar", como é descrito por alguns autores.

O pescador Rogério Galhardo foi convidado a ir ao Arraial Ferreira Neto (transformado em hotel Vila Galé Albacora) para fazer uma demonstração das artes em que é mestre: "Agora existe todo um sistema de tecnologias que permitem saber onde está o peixe e como o capturar - nada se assemelha àquilo que eu conheci". No passado, os arraiais transformavam-se numa grande família, com mais de duas centenas de pessoas. "Até o cão e o gato embarcavam".

O arraial Ferreira Neto foi a última armação tradicional a encerrar. No ano em que fechou portas, em 1972, foi capturado apenas um exemplar. A partir daí, e durante duas décadas, a actividade estagnou. Com a vinda dos japoneses em 1994, criou-se a Área Piloto de Produção Aquícola da Armona e novos horizontes se abriram. À experiência dos pescadores algarvios juntou-se a tecnologia e ciência dos nipónicos.

Portugal sem pescar mais

A empresa Tunipex, de capitais japoneses, capturou há dois anos 240 toneladas de atum-rabilho. Após uma visita a esta empresa, no ano passado, o deputado Paulo Sá, do PCP, concluiu que, no Algarve, há condições para "pescar muito mais e com possibilidade de aumentar a exportação". Porém, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, a uma pergunta dirigida pelo parlamentar, frustrou as expectativas: "A quota portuguesa do atum-rabilho corresponde a 2,97% [332 toneladas, usadas na quase totalidade pelas armações do Algarve] da quota da União Europeia e resulta das capturas efectuadas por embarcações japonesas fretadas na Madeira e que eram as únicas registadas em Portugal há décadas, quando foi repartida a quota". Inconformado, o deputado comunista, em declarações ao PÚBLICO, criticou: "O Governo conformou-se e manifestou uma total falta de ambição".

Rogério Galhardo, de 72 anos, é o último pescador profissional, em Tavira. "Da pesca profissional, tenho o único barco de madeira que ainda existe". O baixo valor do pescado, justifica, levou ao abandono da actividade. Os marítimos viraram guias-turísticos. Segundo o Turismo de Portugal, foram emitidas 562 licenças marítimo-turísticas e só no concelho de Tavira há 36 embarcações que se dedicam a promover passeios ao longo da costa e na ria Formosa.

Por seu lado, o comandante José Centeno, capitão do porto de Olhão entre 1988 e 1992, referiu que o número de traineiras de cerco reduziu de 17 para três nesses quatro anos. A situação, observa, "mais cedo ou mais tarde vai-se reflectir no turismo porque as pessoas querem comer peixe fresco, e cada vez há menos". No tradicional leilão do Ano Novo de 2019, no mercado do peixe em Tóquio, a venda de um atum-rabilho de 278 quilos, foi vendido por 2,7 milhões de euros. O comprador foi o proprietário da cadeia de restaurantes japonesa Sushizanmai.

Idálio Revez



Portugal é exemplo no turismo responsável e sustentável

RESPONSABILIDADE A experiência de Portugal no desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável vai ser apresentada pela secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, no Skift Forum Europe, um fórum internacional que decorrerá amanhã, em Londres. Portugal é o único país representado ao nível governamental no evento organizado pela Skift, uma agência de recolha de dados sobre a indústria e que discute as novas tendências para o setor. "A nossa estratégia é considerada um 'case study'", vincou Mendes Godinho.

SECRETÁRIA DE ESTADO

Governante leva turismo a Londres

■ A experiência de Portugal no desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável vai ser apresentado pela secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, num fórum internacional, amanhã, em Londres. Portugal é o único país representado ao nível governamental no Skift Forum Europe, organizado pela Skift, uma agência de recolha de informação sobre a indústria ao nível global e que discute nestes eventos o futuro e as novas tendências para o setor. ●



Ana Mendes Godinho vai falar do turismo português em Londres

**TURISMO SUSTENTÁVEL****Portugal dado
como exemplo
a nível mundial**

A experiência de Portugal no desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável vai ser apresentada pela secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, num fórum internacional em Londres, o que é visto como um reconhecimento pelo que tem sido feito no País.



Bom tempo no Algarve

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=bf0c24c3-6b48-401e-a176-d964eb644288&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

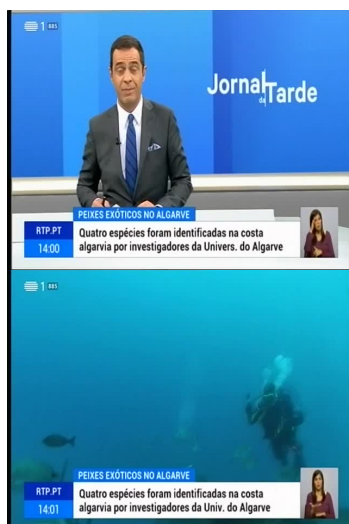
E com o regresso do calor, muitas pessoas aproveitaram hoje para passear ao ar livre e também para ir à praia no Algarve.



Rota do Petisco no Algarve

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=4e1dc7cc-0b31-49b1-945b-7fb41fe77446&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

No Algarve, 300 restaurantes e tascas fazem este ano parte da Rota do Petisco. É uma boa forma de conhecer toda a região com um garfo numa mão, o copo na outra e o preço não serve de desculpa. Por um pequeno punhado de euros, consegue provar alguns dos melhores petiscos. Comentários de Marco Sousa, chef de cozinha; Luís Brito, Associação Teia D'Impulsos; Hugo Simões, proprietário de restaurante.



Peixes exóticos no Algarve

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=510ce4d5-b8d8-4d30-93c5-7de6a6d86864&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

Um grupo de investigadores da Universidade do Algarve acaba de documentar quatro novas espécies de animais marinhos na costa algarvia. São todos de origem tropical e nunca tinham sido detetados na zona. Originários de zonas mais a sul, a explicação para a presença destes exemplares no Algarve pode estar ao nível das alterações climáticas.

Declarações de Alexandra Teodósio, investigadora CCMAR Universidade do Algarve.

Repetições: RTP 3 - 3 às... , 2019-04-27 19:56

RTP 1 - Portugal em Direto , 2019-04-26 17:59

Comissão Vitivinícola do Algarve tem novos dirigentes

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 27/04/2019

Melo: Algarve Económico Online (O)

URL: <http://oalgarve.pt/comissao-vitivinicola-do-algarve-tem-novos-dirigentes/>

Sara Silva sucede a Carlos Gracias como presidente da Comissão Vitivinícola do Algarve (CVA). A tomada de posse dos órgãos recentemente eleitos teve lugar na passada quarta-feira, 24 de abril.

A nova presidente daquele organismo tem 34 anos e exerce, desde 2010, as funções de Responsável de Qualidade na instituição que agora passa a dirigir.

Para além de Sara Silva fazem parte da Direção para o triénio 2019/2021 os vogais Edite Alves, em representação da Produção (CAP) e Rui Virgínia, em representação do Comércio.

O Conselho Geral da CVA é formado por: AAC - Alcantarilha Agrícola e Comercial, Lda, Turinox - Sociedade Industrial e Comercial de Equipamentos Hoteleiros, Lda e José Manuel Cabrita, em representação da produção. A zelar pelos interesses do comércio passam a estar a Casa Santos Lima - Companhia das Vinhas, S.A, a Quinta dos Vales Agricultura e Turismo, Lda e a Quinta do Morgado da Torre - Sociedade de Exploração Agrícola e Pecuária.

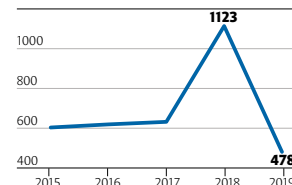


FOTO GONÇALVES DA SILVA

A procura por imóveis no centro histórico está a subir em 2019, sobretudo por estrangeiros

NOVOS REGISTO EM LISBOA

No primeiro trimestre de cada ano



EVOLUÇÃO DE NOVOS REGISTOS POR FREGUESIA DE LISBOA

No primeiro trimestre de cada ano

	2018	2019
Santa Maria Maior	292	52
Misericórdia	202	16
Arroios	110	77
São Vicente	108	38
Santo António	91	60
Estrela	72	31
Avenidas Novas	43	16
Parque das Nações	32	22
Campo de Ourique	28	24
Penha de França	26	34
Alcântara	21	17
Belém	20	23
Alvalade	13	8
Arreeiro	13	5
Ajuda	11	8

FONTE: ALEP/RNAL

Alojamento Local Novos registos caíram 60%, mas a procura de imóveis continua a crescer dentro e fora do centro histórico

Restrições em Lisboa não afastam investidores

Texto **CONCEIÇÃO ANTUNES**

Os bairros históricos de Lisboa continuam em 2019 com uma procura crescente para compra de imóveis, mesmo com o decretar de suspensão ao alojamento local por parte da Câmara em Alfama, Mouraria, Castelo, Madragoa e Bairro Alto, na sequência da nova lei que saiu em outubro — e que o regulamento proposto pelo executivo de Fernando Medina quer alargar também aos bairros da Graça e da Colina de Santana.

Em vez de ver o mercado retraindo com estas limitações, que atingem uma das principais motivações dos compradores, os agentes imobiliários assistem a uma procura ainda mais aquecida, sobretudo de estrangeiros. “Lisboa já não é só alojamento local, está a haver na cidade muitos movimentos em simultâneo e o mercado não está condicionado apenas por um subsector”, nota Ricardo Guimarães, diretor da Confidencial Imobiliário, que fornece estatísticas para o setor — frisando que “Lisboa está com um protagonismo cada vez maior a atrair investidores internacionais, e também a procura doméstica tem maior abertura de crédito à habitação”. Lembrando que o investimento

imobiliário aumentou 38% em pleno ano de alterações à lei do alojamento local, e com todo o mediatismo gerado, o responsável reconhece que “também estava à espera de ver tudo a cair, mas afinal é o contrário, e com vários fatores a influenciar”.

Desde que houve suspensão nos bairros históricos, “não houve retração nem desistências de investimentos, mas sim ajustes da operação”, garante Patrícia Barão, diretora do departamento residencial da JLL. “Trabalhamos muito alojamento local, e quando começaram as mudanças na lei, os promotores, com receio, pediram-nos para converter projetos inicialmente desenhados para este

fim em habitação pura ou arrendamento de longa duração.”

A JLL reformulou neste período seis projetos de promotores no Chiado, Alfama e Castelo, que já estavam na sua carteira de investimentos quando esboçaram a alteração à lei do alojamento local — e edifícios onde iam nascer mais apartamentos TO ou T1, tipicamente para turismo, deram lugar a tipologias T2 ou T3, mais orientadas para residência permanente. “Quando começaram estas leis, tivemos de voltar à estaca zero. Nas zonas afetadas, os promotores perguntavam: o que faço com este prédio? Dizíamos que o projeto podia ser para arrendamento de longa duração, para estudantes ou venda de habitação, não podia era ser convertido em alojamento local.”

Também os compradores particulares, sobretudo estrangeiros, que compram casas no centro histórico de Lisboa na perspectiva de as rentabilizar, preferencialmente com alojamento local, estão a virar-se para outras alternativas. “Estes investidores começam a olhar para apartamentos nestas zonas para os arrendar a longa duração, em vez do *short term rental*”, adianta Patrícia Barão, referindo que os preços aqui não são propriamente de rendas acessíveis.

Quando os investidores reconvertem projetos no centro histórico para habitação ou arrendamento “apostam numa diferenciação pela qualidade, orientando-os para uma procura com

maior poder de compra, desde franceses, chineses, americanos ou brasileiros”, enfatiza Ricardo Guimarães. “São sítios mais nobres e interessantes da cidade, vão para os que tiverem maior poder de compra.” Segundo a Confidencial Imobiliário, os preços das casas no centro histórico subiram em média 18% em 2018, “e não é evidente que tentar estancar ou conter o aumento da oferta resulte na estabilização deste mercado”.

Salvaguardar a reabilitação

A Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP) dá nota de uma quebra de 60% de novos registos em Lisboa no primeiro trimestre de 2019 face ao homólogo do ano passado, e generalizado a todas as freguesias, não só aquelas onde houve suspensão (*ver quadros*). Reconhecendo que esta descida compara com um pico em 2018, em que houve uma corrida aos registos na fase de maior mediatização das restrições, Eduardo Miranda, presidente da ALEP, alega que esta queda vai “no sentido contrário das posições mais radicais, que defendem a suspensão generalizada do alojamento local” em toda a cidade, que é a proposta do BE. “Agora que o mercado acalmou em Lisboa, é importante deixar que a câmara, com critérios objetivos, apresente o seu regulamento”, defende a associação.

O diretor da Confidencial Imobiliário vê como positivo o facto de o

regulamento proposto pela câmara abrir a possibilidade de colocar em alojamento local prédios que resultem de reabilitação, mesmo nas zonas suspensas. “Não se põe assim em causa a reabilitação, a nível de investimento seria um forte condicionalismo”, considera.

“O importante é reabilitar a cidade, criando medidas para que os investidores o possam fazer, em condições de retorno”, defende a diretora da JLL. “O alojamento local trouxe aqui uma dinâmica que a cidade não tinha, e deu muito trabalho conseguir este nível de investimento em reabilitação, pois viemos de uma crise muito grande.”

cantunes@expresso.imprensa.pt

PROMOTORES REFORMULARAM PROJETOS QUE ERAM PARA TURISMO EM HABITAÇÃO, MAS A PREÇOS PARA O PODER DE COMPRA DE ESTRANGEIROS



Barcos tradicionais do Estuário do Tejo vão poder acostar em Lisboa

Turismo
Jorge Talixa

O protocolo prevê que os barcos possam utilizar quatro pontos de acostagem gratuitamente

A Administração do Porto de Lisboa (APL) vai isentar de pagamento a acostagem de barcos tradicionais em quatro docas e pontões da cidade de Lisboa com o objectivo de fomentar os passeios de turismo e lazer na região. A medida abrange mais de uma dezena de embarcações típicas e tradicionais que pertencem aos municípios da área de influência da APL (Lisboa a Vila Franca de Xira, incluindo a margem sul do Tejo) e deverá entrar em vigor ainda este ano. Os termos do respectivo protocolo têm sido aprovados nos diferentes órgãos autárquicos municipais da região e envolvem a acostagem de barcos tradicionais nas docas de Belém, Pedrouços e Santo Amaro e no Pontão do Achigã (Doca de Alcântara).

De acordo com o protocolo, esta iniciativa insere-se na “política de promoção das embarcações típicas do Tejo” desenvolvida pela APL, que tem em conta que estes barcos tradicionais fazem parte de um “património de extrema riqueza” e contribuem para a preservação e valorização das tradições náuticas e estuarinas do Tejo. “O reforço de uma rede integrada de infra-estruturas de apoio à fruição do plano de água estuarino, em ambas as margens, é um factor relevante no desenvolvimento de actividades náuticas e do turismo náutico”, refere o protocolo, que considera “fundamental” que sejam criadas condições que “permitam contribuir para a afirmação dos municípios ribeirinhos do Tejo como pólos incontornáveis da actividade náutica”.

O documento sublinha, igualmente, que “o sector do turismo se tem destacado como uma actividade económica de extrema importância para Portugal, registando, nos últimos anos, índices de crescimento cada vez mais pronunciados”. Por isso, considera que “a promoção dos municípios ribeirinhos do Tejo enquanto destinos turísticos no contexto da região de Lisboa deverá



Vila Franca foi dos primeiros municípios a recuperar barcos

passar pela implementação de soluções destinadas a valorizar e desenvolver a oferta turística”, proporcionando uma imagem inovadora de produtos e serviços ligados ao desporto e ao turismo náuticos.

O protocolo, que nos próximos meses vai ser formalmente celebrado entre a APL e os municípios estuarinos detentores de embarcações tradicionais, prevê que estes possam utilizar aqueles quatro pontos de acostagem de forma totalmente gratuita mediante comunicação prévia. No caso de barcos municipais com exploração concessionada a empresas privadas, está previsto o pagamento de 50% das taxas de acostagem. Nestes pontos poderão ser embarcados ou desembarcados passageiros e a APL fica com o direito de efectuar acções de fiscalização para verificar se estão a ser cumpridas as normas previstas no acordo. Eventuais danos causados nos pontos de acostagem serão da responsabilidade dos municípios envolvidos ou dos respectivos seguros.

Outro barco em Vila Franca

A proposta de protocolo recolheu o apoio unânime dos eleitos da Câmara de Vila Franca de Xira e houve mesmo quem sugerisse a aquisição de um segundo barco, para juntar ao varino *Liberdade*, que a autarquia detém há 31 anos. “Estamos todos de acordo na preservação da identidade daquilo que são os barcos tradicionais do nosso rio. Temos feito um esforço bastante grande. A última grande reparação do *Liberdade* custou algumas centenas de milhares de

euros, o que não é coisa pouca, mas é um esforço que temos que fazer e todos os anos temos que fazer alguma manutenção do nosso barco varino”, salientou Alberto Mesquita, presidente da câmara vila-franquense.

Já Nuno Libório, vereador da CDU, sublinhou que ainda há muitos catraios, muitas canoas e muitas fragatas a navegar no estuário do Tejo, em boa parte devido ao esforço das autarquias e das associações náuticas.

Já Carlos Patrão, vereador do Bloco de Esquerda, sugeriu que o executivo de maioria socialista deveria começar a pensar em comprar e recuperar outra embarcação tradicional do Tejo para fins semelhantes. “Julgo que a procura por este tipo de passeios vai continuar a aumentar”, previu Carlos Patrão.

Alberto Mesquita admitiu que, em termos financeiros, até seria possível e que a câmara poderia equacionar a aquisição de um segundo barco. O problema maior, referiu o autarca, é encontrar equipas de tripulantes disponíveis. “Temos dificuldade em encontrar uma equipa fixa, lançamos concursos, mas não conseguimos encontrar mais pessoas que queiram concorrer. Há aqui alguma dificuldade, vamos encontrando algumas pessoas com alguma experiência, mas num regime de avença”, explicou o presidente, frisando que este protocolo com a APL vem responder a uma questão que já era abordada há algum tempo, permitindo melhores condições para todos os municípios estuarinos que têm este tipo de barcos.



O caminho de circulação paralelo à pista vai ser aumentado e serão criadas novas saídas

11,9

milhões de passageiros passaram, no ano passado, pelo Aeroporto Sá Carneiro. Este número traduz um crescimento de 10,7% face a 2017. Já no primeiro trimestre deste ano, registou-se uma subida de 9,5%.

Oferta a crescer

Este ano, o Aeroporto Internacional do Porto está ligado a 78 destinos, mais seis do que em 2018, e tem disponíveis 89 rotas, mais sete que no ano passado.

Companhias aéreas

Atualmente, o aeroporto trabalha com 28 companhias aéreas. Uma das novidades do ano é o início da operação da Emirates. A transportadora arranca a 2 de julho com a rota Porto-Dubai.

Aeroporto premiado

O aeroporto recebeu 13 prémios em 14 anos consecutivos. O último foi a distinção de "Melhor aeroporto europeu na categoria 5 a 10 milhões de passageiros", atribuída pelo Airport Council International. O prémio tem por base questionários aos passageiros.

Aeroporto do Porto vai movimentar 32 aviões por hora

Obras, orçadas em 15 milhões de euros, estarão concluídas no próximo ano. Objetivo é aumentar a capacidade da estrutura

DISCURSO DIRETO



Pedro Nuno Santos
Ministro das Infraestruturas e Habitação

"A Região Norte está a ter um crescimento muito importante do ponto de vista económico e turístico e a infraestrutura aeroportuária tem que apoiar este crescimento"

Sónia Santos Pereira
sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

MAIA O Aeroporto Francisco Sá Carneiro está a ser alvo de um investimento de 15 milhões de euros na ampliação do caminho de circulação paralelo à pista, o que permitirá que a infraestrutura aumente a capacidade de 20 para 32 movimentos/hora, mais 60%. Este projeto, que deverá estar concluído em abril de 2020, permitirá reduzir o tempo que os aviões utilizam na pista de aterragem e, assim, assegurar um crescimento da capacidade do Aeroporto Internacional do Porto.

Na apresentação da obra, Nicolas Notebaert, CEO da Vinci Concessions, empresa que detém a ANA

– Aeroportos de Portugal, sublinhou que este investimento visa "preparar o Aeroporto do Porto para continuar a crescer", como "sucede nos últimos anos". O responsável recordou que, desde 2013, ano em que a Vinci comprou por três mil milhões de euros a ANA, "o tráfego duplicou de seis para 12 milhões de passageiros", apoiado no aumento de turistas estrangeiros e de companhias aéreas, não só low-cost, mas também de bandeira.

No ano passado, o número de passageiros cresceu 10,7% face ao período transato e já no primeiro trimestre deste ano registou um aumento de 9,5%, face ao mesmo período de 2018. Tendo por base estes dados, Nicolas Notebaert garantiu

que a Vinci irá "continuar a investir nos próximos anos" para garantir o futuro da estrutura e lembrou que, ainda no ano passado, foi concluído o projeto de melhoria do sistema de controlo de segurança.

APOIO AO NORTE

"A Região Norte está a ter um crescimento muito importante do ponto de vista económico e turístico e a infraestrutura aeroportuária tem que apoiar este crescimento, que é o que a ANA está a fazer", considerou o ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, que marcou presença na visita às obras. Confrontado sobre o processo do estudo de impacto ambiental do futuro aeroporto do Montijo, o governante reafirmou

a confiança no projeto e a defender que, no atual contexto, é a melhor solução.

Já Thierry Ligonnière, CEO da ANA, realçou que o investimento irá melhorar as condições operacionais do Aeroporto Sá Carneiro, reduzir o consumo de combustível e o desgaste dos aviões, devido aos menores tempos de rodagem, e diminuir as emissões de dióxido de carbono. Questionado sobre o previsível incremento do número de passageiros, escusou-se a avançar projeções. Para já, sabe-se que o aeroporto está ligado este ano a 78 destinos (mais seis do que em 2018) e que tem disponíveis 89 rotas (mais sete que no ano passado), operadas por 28 companhias aéreas.

Sondagem Pitagórica JN/TSF

Marcelo arrasador

Mais de 90% dos inquiridos consideram positiva ação do presidente da República, que tem via aberta para novo mandato em Belém

António Costa é o político que reúne maior confiança junto dos eleitores, enquanto Rio bate Cristas por pouco como líder da Oposição Páginas 4, 5 e 6

74%
DE INTENÇÃO
DE VOTO



JN

Jornal de Notícias



Aeroporto do Porto passa a movimentar 32 aviões por hora

ANA investe 15 milhões de euros em obras de alargamento P. 20

Praias Calor de regresso no fim de semana mas o mar ainda é de inverno P. 12

Maratona Atletas esgotam hotéis de Aveiro P. 25

Dinheiro Vivo A nova rota comercial entre Lisboa e Pequim

Duarte Lima entrega-se para cumprir três anos e meio de cadeia na Carregueira

Ex-líder da bancada do PSD vai ser expulso de militante P. 16

Lisboa Sai da prisão ao fim de uma década e viola quatro mulheres P. 18

Saúde Divisão na Esquerda adia votação da Lei de Bases P. 8

Europeias 2019 O efeito Bruxelas na vida dos portugueses P. 10



O aliado
ideal no
nosso
dia-a-dia
veja no interior



Parceira COMINTE Investimentos Gestão de Soluções

PUB.



Rio Ave 2-2 F. C. Porto

NAUFRÁGIO EM CINCO MINUTOS

Dragões ganham avanço de dois golos mas deixam-se empatar na ponta final. Conceição enfrenta adeptos P. 43 e 44



Benfica
Regresso de Chiquinho acertado P. 45

Futsal Sporting
na final da Champions P. 46

PUBLICIDADE

n-investportugal.pt
OSEU GPS
EMPRESARIAL

N-invest
by AEP
INVESTIR COM HORTE

UM PROJETO:
AEP

COM O APOIO:
G5

COFINANCIADO POR:
GFFH

NORTE2020
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional